





Programa

Data/s	20 de Setembro a 26 de Novembro de 2021	Cód. Ref.	F.2.96	Área de educação e formação	762	
Intervenção Formativa	Interna	Interempresa	X	Intraempresa		
Designação	Curso Formação de Agentes Qualificados/as que Atuem no Domínio da Violência Doméstica e/ou Prevenção da Vitimação ou Revitimação Desta - Técnico/a de Apoio à Vítima					
Formador(es)	Ana Rute Monteiro					
Horário	Laboral	N° de hora	as 90 horas			
Local	Rua José Estêvão, N.º 135-A 1150-201 Lisboa Alteração do Local para plataforma ZOOM (devido à situação pandémica)					
Pré-requisitos	Deter habilitação académica de nível superior na área das Ciências Sociais e Humanas ou outra habilitação académica desde que, cumulativamente, o/a formando/a detenha experiência profissional relevante no domínio da violência doméstica					
	Formandos/as que já se encontrem a exercer funções numa das respostas previstas nos artigos 60°, 61°, 61°-A e 62° da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro e que ainda não tenham frequentado, com aproveitamento, a formação como Técnico/a de Apoio à Vítima.					
Destinatários	Profissionais a trabalhar na intervenção com vítima de violência doméstica e/ou na prevenção da vitimação e revitimação desta.					
Modalidade de formação	Outra Formação Profissional	Form Organiz		cial		
Metodologias	Expositiva, interrogativa e ati	va.				
Objetivos Geral	No final da formação os/as for	rmandos/as deverã	o ser capazes o	le prestar apoio especializado	a vítimas de	

Objetivos Específicos

violência doméstica.

No final do curso, os/as formandos/as deverão ser capazes de:

- Reconhecer, sem erros, a evolução histórica da violência na família;
- Identificar, corretamente, o conceito de vítima;
 Distinguir, de forma correta, violência de género, violência doméstica, violência familiar e violência nas relações de intimidade;
- Enumerar corretamente, pelo menos duas, necessidades das vítimas de violência doméstica; Reconhecer corretamente, o enquadramento legal da violência doméstica.

Estrutura Programática	Carga Horária	Formador/es
 Módulo I Perspetiva histórica e evolução concetual da violência doméstica Da invisibilidade ao reconhecimento social, político e científico Do I Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (1999) à Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 - Portugal + Igual (ENIND) Enquadramento Internacional - Instrumentos internacionais vinculativos A prevenção e combate à violência doméstica e os seus intervenientes 	6h	
Módulo II Vitimologia: Conceitos Gerais 1. Enquadramento Teórico 2. Perfis de Vitimação 3. Vitimologia em Violência Doméstica	6h	Ana Rute Monteiro
Módulo III Violência Doméstica: Conhecer a Situação e Refletir sobre ela 1. Distinção conceptual entre:	18h	





22h

18h

20h





Ana Rute Monteiro

- bloqueadoras da intervenção
- Definição e formas de violência: a Convenção de Istambul (artigo 3º Definições) e Código Penal Português (artigo 152°)
- Dados epidemiológicos: incidência e prevalência
- Teorias explicativas da violência doméstica
- Custos sociais, económicos e de saúde associados à violência doméstica
- Dinâmicas e processos associados à violência doméstica
- k. Características psicossociais do/a agressor/a
- Características psicossociais das vítimas
- m. Consequências e impacto da vitimação
- Especificidades da relação abusiva: fatores explicativos para a sua manutenção
- A violência exercida sobre pessoas em situação de especial vulnerabilidade - especificidades

Módulo IV | Violência Doméstica: Orientações para a Intervenção Psicossocial

- Os/As diferentes profissionais da intervenção
- 2. Princípios reguladores da intervenção
- A Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica
- 4. O processo de apoio
- Avaliação e gestão do risco princípios chave e conceitos operacionais
- Particularidades na intervenção com vítimas em situação de especial vulnerabilidade
- 7. Especificidades do atendimento telefónico
- Burnout

Módulo V | A Lei e o Combate à Violência Doméstica

- Enquadramento jurídico-penal
- 2. Discussão de casos práticos numa perspetiva legal

Módulo VI | Práticas Orientadas

- Discussão de casos práticos 1.
- Role Playing 2.
- Focus Group

Recursos Didáticos e Equipamentos

Computador com o software Office (PowerPoint) e Media Player (ou outro programa similar) instalado, retroprojetor| Datashow, colunas, televisão ou tela, cadeiras, apresentação em power point, acesso à internet e plataforma de ensino à distância.

Bibliografia de suporte

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 2011. Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência: compreender, intervir e prevenir, Lisboa, APAV

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 2011. Crianças e Jovens Vítimas de Violência: Manual Pedagógico Para o Desenvolvimento de Cursos de Formação e Ações de Sensibilização. Lisboa, APAV

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 2010. Manual Títono- Para o Atendimento de Pessoas Idosas Vítimas de Violência, Lisboa, APAV

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 2010. Manual Pedagógico - Para o Atendimento de Pessoas Idosas Vítimas de Violência, Lisboa, APAV

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 2010. Manual Alcipe: Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência (2ª Ed. Revista e Atualizada), Açores, APAV

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 2010. Manual de Apoio a Vítimas de Crimes contra o Património - Se pode complicar, para quê facilitar?, Lisboa, APAV

Antunes, M. J. (2007). Código Penal (14ª Edição). Coimbra: Coimbra Editora

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) 2019. Estatísticas APAV - Relatório Anual 2018. Lisboa, APAV.

APA (2002). DSM-IV-TR. Manual de Diagnóstico e Estatístico de Perturbações Mentais, Texto Revisto, 4ª Edição. Lisboa: Climepsi Editores.

Caridade, S. (2008). Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens. Universidade do Minho: Braga.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2014). Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2016). Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno. Manual Pluridisciplinar.

Direção-Geral da Administração Interna (2019). Relatório Anual de Segurança Interna 2018.

Direção-Geral de Saúde (2014). Violência Interpessoal - abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de









saúde.

Dias, Isabel (2004) Violência na Família: Uma abordagem sociológica, Porto: Afrontamento

Kabeer, N. (2005). Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third Millennium Development Goal. Gender and Development. 13(1).13-24

Kelly, Liz e Dubois, Lorna (2007) Developing Minimum Standards for Violence against Women Support Services: an Exploratory Stydy (Summary of Findings), Strasbourg, 20 December 2007: EG-VAW-CONF (2007) Study prov 2, Council of Europe

Kropp, P. R. (2007). Spousal assaulters. In C. D. Webster & S. J. Hucker (Eds.), Violence risk assessment and management (pp. 123-131). Chichester: Wiley'.

Mendes, E., & Cláudio, V. (2010, Fevereiro). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Braga, Portugal.

Lazarus, R. S. & Folkman, S.(1984). Stress, appraisal, and coping. New York: Springer.

Lei n.º 129/2015, de 03/09.

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 - Portugal + Igual (ENIND).

V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.

Tower, Kristine (1994) Consumer-centered social work practice: Restoring client Self-determination, Social Work, March, vol. 39, n. °2, p.191-196.

Avaliação de conhecimentos

Avaliação diagnóstica através do levantamento de expetativas dos/as formandos/as.

Avaliação formativa através da verificação de objetivos e dos exercícios propostos.

Avaliação sumativa através da realização do exercício de avaliação individual.

Certificação

Após a conclusão do curso com sucesso será emitido um Certificado de Formação Profissional através da plataforma SIGO (Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa) com base nos seguintes critérios:

- Ter assiduidade no curso superior ou igual a 80%;
- Realizar as atividades propostas durante o curso;

A emissão de segundas vias de certificados tem um custo de 20€.